



# **NOTA TÉCNICA AGRESE/CAMGAS**

## **Nº 14/2018**

**ASSUNTO: DISPENSA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO COM  
A CONCESSIONÁRIA – APLICABILIDADE DA TAXA DE  
MOVIMENTAÇÃO (TMOV)**

**ARACAJU-SE  
DEZEMBRO/2018**





## SUMÁRIO

1. OBJETIVO.....	3
2. COMPETÊNCIA LEGAL PARA O TRATAMENTO DA MATÉRIA .....	3
3. DA ANÁLISE TÉCNICA DO PLEITO .....	5
4. PARECER TÉCNICO.....	7
5. CONCLUSÃO .....	8





**REFERÊNCIAS:** OF-CELSE-636 e outros.

**ASSUNTO:** Dispensa de celebração de contrato com a Concessionária.  
Aplicabilidade da taxa de movimentação (TMOV).

## **NOTA TÉCNICA AGRESE/CAMGAS Nº 14/2018**

### **1. OBJETIVO**

Esta Nota Técnica tem como objetivo analisar o pleito da Centrais Elétricas de Sergipe S. A. referente a dispensa de contratação com a concessionária local para a movimentação de gás canalizado entre o Terminal de GNL e a usina termelétrica e consequente não aplicabilidade da TMOV.

### **2. COMPETÊNCIA LEGAL PARA O TRATAMENTO DA MATÉRIA**

Considerando que, conforme a edição da Lei Estadual n.º 6.661, de 28 de agosto de 2009, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, Autarquia em Regime Especial, entre suas atribuições tem como finalidade, em seu Art. 4º:

“...exercer o poder de regular e de fiscalizar as concessões e permissões de serviços públicos nas quais o Estado de Sergipe, por dispositivo legal ou delegação, figure como Poder Concedente ou Permitente, nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais pertinentes, e, em especial, das

3





ESTADO DE SERGIPE

AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

---

disposições da Lei nº 3.800, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos, pelo Estado de Sergipe.”

E, no Art. 5º Visando ao eficaz desempenho de suas atividades, a AGRESE deve zelar pela garantia dos seguintes princípios fundamentais:

III - estabilidade nas relações envolvendo o Poder Concedente ou Permitente, visando à harmonia entre Autoridades Delegantes, concessionários ou permissionários e usuários.

Já a Lei nº 8442 de 05 de Julho de 2018 versa em seu Art. 6º:

§ 2º A atuação da AGRESE para a finalidade de soluções de divergências deve ser exercida de forma a:

I - dirimir as divergências entre o poder concedente, entidades reguladas, e usuários, inclusive ouvindo diretamente as partes envolvidas;

Considerando que a compete à Diretoria Técnica da AGRESE, conforme Lei nº 8.442 de 05 de Julho de 2018, Art. 17-B:

Inciso VII - supervisionar o mercado com vistas à competição e ao equilíbrio entre oferta e demanda dos serviços públicos regulados;

XI - fiscalizar os aspectos técnico, operacional, econômico, contábil e financeiro das entidades reguladas, nos limites estabelecidos em normas legais, regulamentares e pactuadas...”

O Regulamento dos serviços locais de gás canalizado no estado de Sergipe prevê em seu Art. 2º:





ESTADO DE SERGIPE  
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

---

“O Governo do Estado de Sergipe deverá regular fiscalizar e supervisionar os SERVIÇOS LOCAIS DE GÁS CANALIZADO no Estado de Sergipe, por meio da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE”.

Considerando que, houve por parte da Procuradoria da AGRESE o despacho para análise dessa Câmara Técnica de Gás Canalizado observou-se o que será tratado a seguir.

### 3. DA ANÁLISE TÉCNICA DO PLEITO

A CELSE requereu inicialmente via ofício (OF - CELSE - 636) a dispensa de celebração de contrato com a Concessionária Local para Movimentação de Gás Canalizado entre o Terminal de GNL e a Usina Termelétrica a consequente não aplicabilidade da TMOV.

Pontuou que o empreendimento trata-se de uma Usina Termelétrica a gás com 1,5GW de capacidade instalada; o abastecimento será realizado com gás natural na forma liquefeita (GNL) importado através de um terminal de GNL; e consta com uma unidade de regaseificação e armazenamento flutuante (FSRU).

Tratou ainda que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) classificou o gasoduto que interligará a FSRU até a UTE para autoconsumo de gás natural como parte integrante do Terminal de GNL.

Explicou que o duto que integrará o Terminal GNL será de 18” e deverá ser instalado em leito marinho, interligando a FSRU até a UTE Porto de Sergipe I, para autoconsumo de gás natural da CELSE e não será ligado a malha de transporte legal.





ESTADO DE SERGIPE  
AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

Esclareceu que o terminal de GNL, aí incluído o FSRU, *riser* flexível, sistema de ancoragem e duto, tem por objetivo, possibilitar o suprimento de gás importado pela própria CELSE para UTE Porto de Sergipe I.

Ainda que, o terminal de GNL inclui um gasoduto exclusivamente destinado à entrega de gás natural a UTE Porto de Sergipe I, sendo todo o projeto - UTE gasoduto, terminal de GNL, FSRU de interesse próprio do autoimportador.

Já no ofício (OF-CELSE-748) a CELSE apresenta o Despacho nº 1.201 de 23 de outubro de 2018 da ANP autorizando seu registro como autoimportador de gás natural com o nº 02.28.35.23758522 bem como autorização nº 1138 de 06 de novembro de 2018 referente a construção, pela CELSE, da Estação de Transferência de Custódia, composta pelos módulos de aquecimento, de redução de pressão, de filtragem e de medição e cromatografia, instalações que compõem o Terminal de GNL.

E por fim, em ofício (OF-CELSE-773) apresenta o diagrama esquemático - Estação de Transferência de Custódia da CELSE. Conforme Figura 1 abaixo:

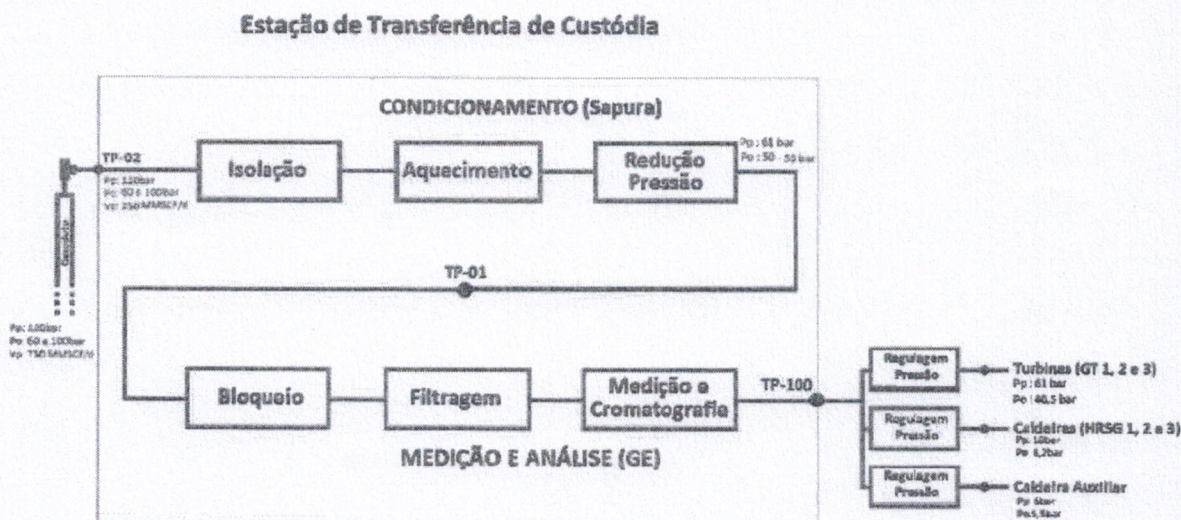


Figura 1 - Diagrama esquemático do sistema de transferência de custódia (TP-02 é p ponto de conexão do gasoduto à ECGN, TP-01 marca a interface entre a ECGN e a EMGN, e TP-100 é o ponto de transferência de custódia do Terminal de GNL do Complexo Porto de Sergipe). Fonte: OF-CELSE-773.





#### 4. PARECER TÉCNICO

Após análise da vasta documentação juntada ao processo AGRESE nº 013301. 00150/2018-1 pode-se verificar em que pese à regulação estadual a legislação esclarece:

O Decreto nº 30352 de 14 de setembro de 2016 em seu Art. 3º sobre conceitos e terminologia:

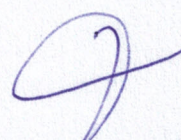
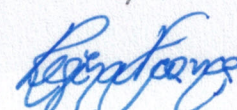
IV - AUTO-IMPORTADOR: Agente autorizado, conforme legislação vigente, para importação de gás natural que utiliza parte ou a totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

XIII - CONCESSIONÁRIO: Pessoa jurídica detentora de CONTRATO DE CONCESSÃO, para prestação dos SERVIÇOS LOCAIS DE GÁS CANALIZADO no Estado de Sergipe;

Ainda no Art. 28º Os CONSUMIDORES LIVRES, os AUTO-IMPORTADORES e os AUTOPRODUTORES **solicitarão proposta\*** para a contratação de MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NA ÁREA DE CONCESSÃO do respectivo CONCESSIONÁRIO, informando a CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO CONTRATADA, o PONTO DE RECEPÇÃO, o PONTO DE ENTREGA, prazo de contratação e demais informações solicitadas pelo CONCESSIONÁRIO, cabendo a este a cobrança da TARIFA DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS (TMOV).

§ 5º A TMOV não se aplica sobre o deslocamento de Gás Natural, para Consumo Próprio, no conjunto de instalações e **duto integrantes de Terminais de GNL e gasodutos de transferência para usinas termoeletricas**, na forma da legislação federal, de interesse exclusivo de seu proprietário\*.

\*grifo nosso.

  
7  





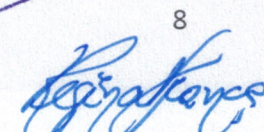


Ainda de acordo com o Decreto observa-se que a celebração de CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS só deverá ser realizada após pedido de ligação ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO em ato voluntário e ainda mediante fornecimento de informações referentes à natureza da atividade desenvolvida e a finalidade de utilização do GÁS.

Diante do exposto, não haverá **acesso ao sistema de distribuição** e como consequência não se encontra razoabilidade para celebração do contrato de movimentação do gás o que no caso específico não será realizado, tendo em vista que o gás importado possuirá um gasoduto exclusivo dentro da unidade industrial tendo como único controle a pressão exigível para operação da turbina como combustível de alimentação.

## 5. CONCLUSÃO

Desta forma, essa Câmara Técnica de Gás Canalizado entende que não deverá haver celebração de contrato para a movimentação do gás canalizado entre o Terminal GNL até a unidade industrial por ser autoimportador de gás natural para geração termoeletrica, por não ter acesso ao sistema de distribuição e ainda, por não haver comercialização do gás.





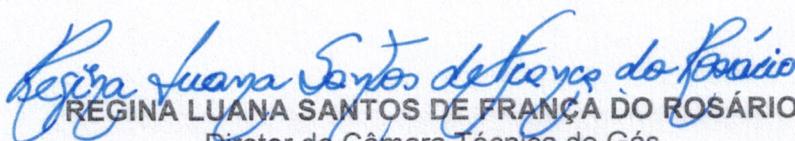
ESTADO DE SERGIPE

AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Sergipe

---

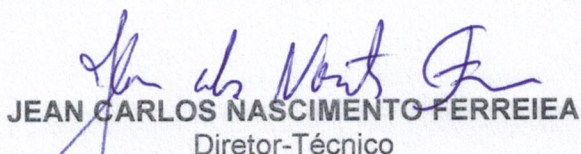
Por fim, sugere essa Câmara Técnica o encaminhamento deste documento para apreciação da Procuradoria, DIREX e Conselho Superior da AGRESE.

Em 27 de Dezembro de 2018.

  
REGINA LUANA SANTOS DE FRANÇA DO ROSÁRIO

Diretor de Câmara Técnica de Gás

AGRESE- Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe

  
JEAN CARLOS NASCIMENTO FERREIA

Diretor-Técnico

AGRESE- Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe